

# Energética Suape II S.A.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>19</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>20</b>

# Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos para vossa apreciação o Relatório da administração (“RAD”) e as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. (“Companhia” ou “UTE Suape II”), com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia apresenta a seguir os principais fatos que ocorreram em 2021.

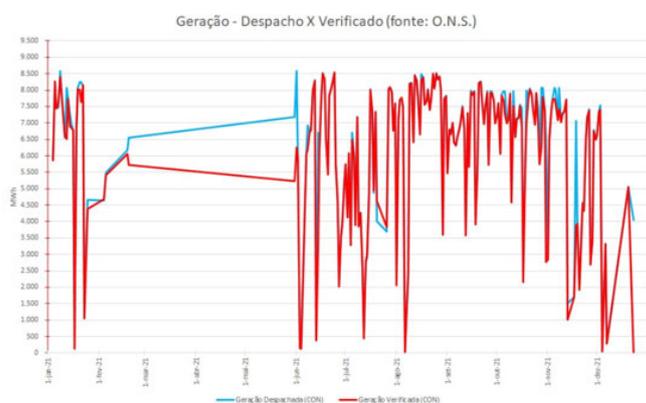
## 1. Operação

Em 2021, a Companhia foi chamada a despachar pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) 37,60% ao longo de todo o ano, gerando 1.253.502,13 MWh (em 2020 o despacho foi de 4,87% gerando 162.737,05 MWh). O percentual de 37,60% do despacho de 2021 foi para atendimento das necessidades do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) mediante autorização do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (“CMSE”), com vistas a garantir a segurança energética do SIN face a uma crise hídrica grave que se abateu em todo o sistema.

A disponibilidade da UTE Suape II em 2021 foi de 85,99%<sup>(1)</sup>, permanecendo 3,99% acima do mínimo satisfatório exigido pelo ONS. Esse fato além de trazer um acréscimo ao ganho operacional, afastou a UTE Suape II de possíveis penalidades por não atingimento desse indicador.

Por fim, dado o grande desafio enfrentado pelo SIN no ano de 2021, a UTE Suape II empregou todos os esforços, com muito afínco, para atender não só ao despacho de geração de energia elétrica, bem como atender as metas de manutenção colocadas pelo ONS em reuniões semanais.

Abaixo destacamos o gráfico com o desempenho de atendimento ao despacho de geração, registrando 97,5% de eficiência. Nota-se, mais uma vez, o comprometimento da Companhia e de todos os seus colaboradores com o atendimento aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEARs”).



<sup>(1)</sup> calculada de acordo com a metodologia do Relatório de Avaliação do Desempenho da Manutenção de Equipamentos (“RAD”) a ser divulgado pelo ONS em março/2022

## **2. Segurança, Saúde e Meio Ambiente**

No ano de 2021, a Companhia continuou com as ações previstas para atendimento aos requisitos normativos previstos na legislação de segurança e saúde do trabalho. Como a pandemia causada pela COVID-19 estava perdurando, foram adotados rígidos protocolos operacionais e de convivência na Companhia para garantir a saúde e segurança dos nossos colaboradores, bem como das empresas parceiras. Essas medidas foram impactantes e, mesmo com um impacto negativo em todos os setores, a UTE SUAPE II conseguiu se manter operacional e atendendo com eficiência todas as solicitações de despacho pelo ONS.

Neste ano foram aproximadamente 294 mil horas trabalhadas expostas aos riscos, tendo como resultado uma taxa de frequência de acidentes de 13,63%, resultante de quatro acidentes leves sem afastamento e um acidente com afastamento. A taxa de gravidade foi de 10,22%, pela ocorrência do referido acidente que gerou 3 dias de afastamento (Para a Organização Internacional do Trabalho “OIT”, uma taxa de frequência menor que 20, é considerada como muito boa – Fonte “*Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho*” - Autor: José da Cunha Tavares).

O Plano de ação robusto está sendo estruturado com diversas atividades e ações envolvendo toda a força de trabalho (próprios e contratados) objetivando aumentar a percepção de riscos e melhorar os controles de segurança do trabalho, em especial nos processos de operação e manutenção da planta onde, intrinsicamente, estão os maiores riscos de nossas atividades. Entendemos que tais ações a serem implementadas vem de encontro a reforçar a cultura de SMS que é valor para nossa Companhia.

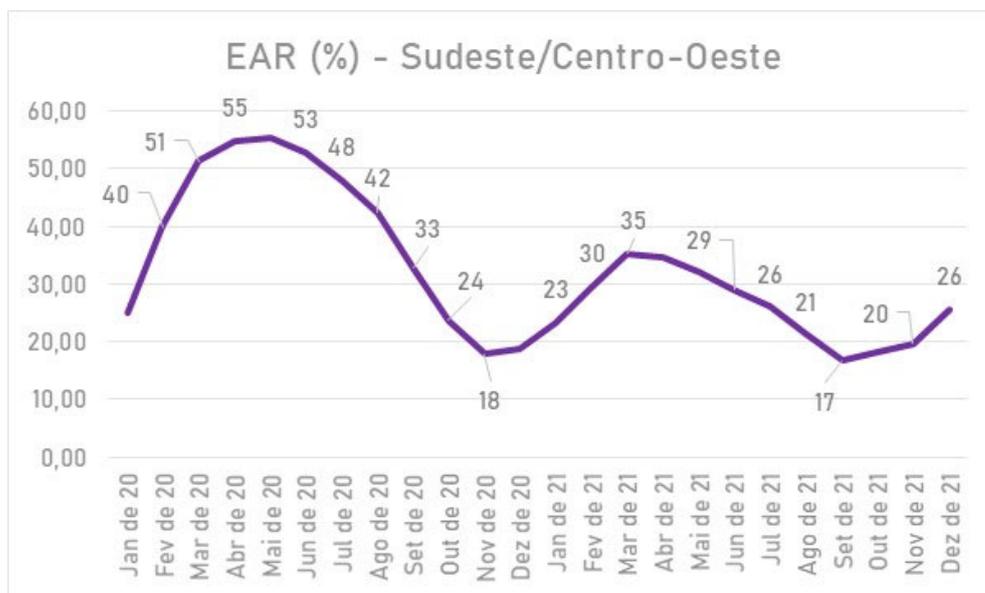
Mantemos rígido controle de todos nossos sistemas críticos de Segurança. Podemos destacar como exemplo o sistema de combate a incêndio; os equipamentos (detecção e alarme, sistema de dilúvio, funcionamento de bombas, etc.) que foram mantidos em perfeito funcionamento, garantindo a proteção da planta, o que nos permitiu novamente a obtenção do Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros do estado de Pernambuco sem nenhuma recomendação.

No quesito meio ambiente, de maneira responsável, a Companhia cumpriu com todas as exigências impostas pela Licença de Operação (“LO”), destinando para tratamento os resíduos gerados de maneira adequada e rastreada, atendendo todos as exigências legais no âmbito estadual e federal no ambiente regulatório.

## **3. Cenário de geração 2021**

No ano de 2021, devido principalmente à seca na região sudeste/centro oeste ter sido muito intensa (a maior registrada em 98 anos), foi observado o deplecionamento dos armazenamentos das principais bacias do SIN, afetando principalmente as bacias hidrográficas daquelas regiões, que representam 70% da capacidade de armazenamento total.

No gráfico abaixo, com dados extraídos do Histórico de Operação do ONS, observa-se que a criticidade dos reservatórios do Sudeste foi superior à verificada em 2020, chegando em 17% de Energia Armazenada (“EAR”) em setembro de 2021.



**Gráfico 1 - Energia Armazenada (%). Fonte: ONS**

Diante do exposto acima e de forma a estabelecer segurança de suprimento eletroenergético ao sistema, foram estabelecidas medidas adicionais, como: despacho térmico fora da ordem de mérito, realizado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, geração adicional por usinas térmicas sem Custo Variável Unitário (“CVU”) e *merchants* e criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética.

Vale destacar que a UTE Suape II foi despachada, em relação a potência total da usina, aproximadamente 38% em 2021, com uma disponibilidade anual de 86%, conforme dados previstos pelo Relatório de Desempenho Anual.

Verificou-se que a partir de todas as medidas realizadas adicionais a um retorno na regularidade das chuvas, houve uma melhora nos armazenamentos a partir de outubro de 2021, como pode ser verificado no Gráfico 1.

## 4. Ambiente regulatório

### 4.1. Resolução Normativa nº 947/2021 – Alterações na REN nº 614/2014

Subseção Declaração de Inflexibilidade de Geração de Usinas Termelétricas com CVU Declarado Diferente de Zero e Despachadas Centralizadamente.

Todas as usinas termelétricas, com CVU diferente de zero e despachadas centralizadamente, devem submeter ao ONS os valores de inflexibilidade mensais no horizonte de cinco anos, até o dia 30/11 de cada ano. E, caso haja necessidade de redeclaração dos montantes, deverá ser adequadamente justificada ao ONS.

Ao final de cada ano civil, o ONS realizará a apuração dos valores médios verificados dos últimos 5 anos de inflexibilidade e realizará a comparação com a média dos últimos 5 anos dos valores de inflexibilidade declarados, sendo que para cada ano de formação do histórico declarado será considerado os valores declarados do ano anterior ao de realização.

Caso o valor apurado seja inferior ao declarado, a diferença será considerada como uma restrição, que entrará de forma percentual na taxa de indisponibilidade programada do ano seguinte.

Essa apuração inicia em 2022 e, para fins de acompanhamento, o ONS publicará os relatórios com as inflexibilidades declaradas, verificadas e apuradas.

Em novembro de 2021, Suape II informou previsão de Zero Mega Watts de Inflexibilidade de Geração, visto que o seu contrato de disponibilidade é 100% flexível. Isso afasta qualquer risco de penalidade para a Companhia.

#### **4.2 Consulta Pública nº 28/2021**

A Consulta Pública nº 28/2021, que tem como período de contribuição o dia 26/05/2021 a 25/06/2022, trata sobre a implementação nas Regras de Comercialização relativa ao pagamento de deslocamento hidráulico das Termelétricas, vinculadas à caracterização do deslocamento hidrelétrico motivado por geração termelétrica inflexível, com base no Despacho nº 3.572/2019.

A regra visa estabelecer as etapas necessárias para a declaração de inflexibilidade de uma usina termelétrica ao ponto que essa geração seja contemplada nos modelos de despacho térmico. Com essa finalidade, a regra proposta é que o agente realize a declaração da inflexibilidade no Programa Mensal de Operação do ONS e confirme essa geração no dia anterior, no Programa Diário da Produção (“PDP – ONS”).

Caso a geração inflexível do agente ultrapasse o valor informado, ou seja, realizada sem a prévia declaração, o agente estará sujeito ao pagamento do deslocamento hidráulico, que será a energia gerada, nas condições citadas, valorada a diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e o PLD X (é o preço associado ao custo de oportunidade de geração hidrelétricas). Entretanto, não houve ainda uma finalização da consulta pública.

Desde o exercício de 2021 a Companhia passou a informar no Programa Mensal de Operação (PMO) e no PDP a necessidade de geração por Inflexibilidade Operativa a fim de evitar um possível encargo por deslocamento hidráulico.

#### **4.3 Consulta Pública nº 67/2021**

A Consulta Pública nº 67/2021, que teve período de contribuição de 27/10/2021 a 03/12/2021, trata sobre a regra de transição contida na Resolução Normativa nº 559/2019, caso em que se enquadra a Companhia no ano de 2021 e 2022.

A UTE Suape II teve a Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão (TUST) calculada e estabilizada por 10 anos, com base na REN nº 267/2007 e, anualmente, o valor estabilizado é atualizado pelo Índice de Atualização da Transmissão – IAT, composto pelos índices utilizados no reajuste das Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão. Após o período de 10 anos, que no caso da Suape iniciou no ciclo 2021-2022, é estabelecido o período de transição por dois anos (Ciclo 2021-2022 e Ciclo 2022-2023), pela REN nº 559/2013.

No período de transição, a tarifa do 1º ano é composta por 1/3 da nova TUST e 2/3 da TUST estabilizada atualizada pelo Índice de Atualização da Transmissão (IaT) e no 2º ano, a tarifa é composta por 2/3 da nova TUST e 1/3 da TUST estabilizada atualizada.

Esse período tem como objetivo atenuar a variação tarifária após 10 anos de TUST estabilizada. No caso da UTE Suape II, a nova TUST calculada por modelo nodal é inferior a estabilizada atualizada, portanto, o período de transição causa um efeito negativo ao agente.

Vale ressaltar que o resultado da CP nº 67/2021 está vinculado a CP nº 39/2021, que intensificará o sinal locacional no cálculo nodal e ambas não possuem, até o momento, resultado regulatório.

#### **4.4 Agenda Regulatória ANEEL 2022/2023**

A Agenda Regulatória 2022/2023 foi concluída após Tomada de Subsídios e realização de Audiência Pública nº 30/2021. No total há 108 atividades previstas para realização, sendo:

- 35 prioritárias;
- 58 ordinárias; e
- 15 indicativas.

Atividades relevantes para a UTE Suape II:

- Revisão da Resolução Normativa nº 697/2015, que regulamenta a prestação e remuneração de serviços ancilares no SIN;
- Aprimoramento das Garantias Financeiras do Mercado de Curto Prazo; e
- Liquidação Financeira Simplificada dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão.

#### **5. Investimentos em P&D**

A Companhia realiza investimentos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) conforme previsto nas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/2008 e 504/2012.

Os projetos selecionados passam por análise técnica de acordo as necessidades operacionais e estratégica da Companhia, que mantém prospecção contínua e recebe propostas através do e-mail [ped@suapeenergia.com.br](mailto:ped@suapeenergia.com.br).

Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Companhia: <https://www.suapeenergia.com.br>.

A Companhia também faz uso dos valores gastos em P&D para fruição dos incentivos fiscais de redução de IRPJ e CSLL previstos na Lei nº 11.196/2005 (“Lei do Bem”).

Ao final de 2021 estavam em andamento e/ou aguardando aprovação junto a ANEEL os projetos demonstrados a seguir:

(Valores em Milhares de R\$)

Projeto	Código ANEEL	Início	Status	Realizado (¹)	Previsto (²)	Total P&D
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.535	-	3.535
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	4.197	-	4.197
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	2.299	-	2.299
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6.001	-	6.001
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	Previsão de conclusão: setembro/2022	4.565	1.453	6.018
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Previsão de conclusão: março/2022	3.073	30	3.103
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	Previsão de conclusão: novembro/2022	3.145	858	4.003
				<b>26.816</b>	<b>2.341</b>	<b>29.157</b>

(¹) Valores incorridos inclusive em anos anteriores a 2021.

(²) Valores a serem realizados até o final dos projetos.

## 6. Desempenho Econômico-Financeiro

### 6.1 Indicadores empresariais

(Valores em milhares de Reais, quando aplicável)

Indicadores econômicos	2021	2020	Varição % 2021 / 2020
Receita Operacional Bruta	1.623.519	469.406	245,87%
Receita Operacional Líquida - ROL	1.458.643	421.341	246,19%
EBITDA	358.631	192.949	85,87%
Resultado Operacional	334.901	169.231	97,90%
Resultado financeiro líquido	(15.524)	(6.885)	125,48%
Lucro Líquido	276.014	143.135	92,83%

Índices de Liquidez	2021	2020	Varição % 2021 / 2020
Liquidez corrente => AC / PC	1,99	1,85	7,99%
Liquidez seca => (AC - Estoques) / PC	1,43	1,41	1,67%
Liquidez imediata => Disponível / PC	0,17	0,22	-25,34%
Liquidez geral => (AC + RLP) / (PC + ELP)	1,07	0,84	28,52%
ROCE => EBIT / Capital Empregado	2,39	1,21	97,90%
ROCE => EBIT / (Ativo Total - Passivo Circulante)	0,58	0,30	93,19%

A evolução do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

EBITDA	2021	2020	Variação % 2021 / 2020
Lucro Líquido	276.014	143.135	92,83%
Depreciação e amortização	23.730	23.718	0,05%
Despesas financeiras	17.421	10.424	67,12%
Receitas financeiras	(1.897)	(3.539)	-46,40%
Imposto de Renda e Contribuição Social	43.363	19.211	125,72%
<b>EBITDA</b>	<b>358.631</b>	<b>192.949</b>	<b>85,87%</b>

A grande variação dos indicadores econômicos e EBITDA é explicada pelo alto despacho de geração em 2021 em comparação a 2020 conforme detalhado no item 1.

## 7. Endividamento

Diante do cenário de alta da inflação e do câmbio e da taxa de juros – que teve sete reajustes, passando de 2% em março para 9,25% em dezembro - a Companhia, em agosto de 2021, renegociou a dívida junto ao Banco Santander quitando a captação de recursos adquiridos em maio de 2020 e fez um novo financiamento no mesmo montante do saldo devedor anterior, porém, com uma taxa de juros muito mais atrativa saindo de 151% do CDI para CDI+1,80% a.a.

## 8. Composição acionária

A Companhia tem por acionistas a Savana SPE Incorporações Ltda. e a Petróleo Brasileiro S.A. que detém, respectivamente, 80% e 20% de suas ações.

## 9. Auditores independentes

Para o exercício de 2021, a Companhia celebrou contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda., conforme autorizado pelo Conselho de Administração. A política desta contratação adotada pela Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

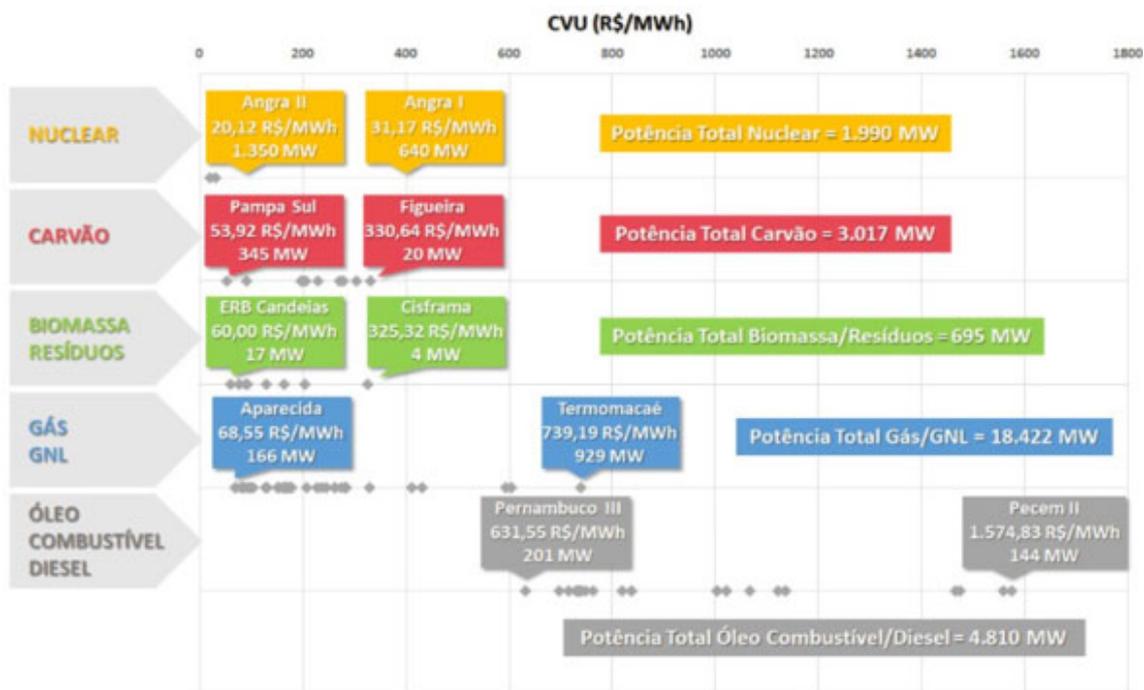
O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2021 foi emitido sem ressalva, referendando desta forma que as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A., apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 10. Perspectivas 2022

Como vivenciado no ano de 2021, apesar da matriz energética brasileira ser predominante hidroelétrica, os baixos níveis hídricos em determinados períodos do ano trazem consigo a clara necessidade e a extrema importância do parque termelétrico no país, onde, ainda que tenhamos as fontes complementares e/ou renováveis, como por exemplo as usinas eólicas e solares, estas fontes não fornecem segurança energética para o sistema dada a sua intermitência na produção.

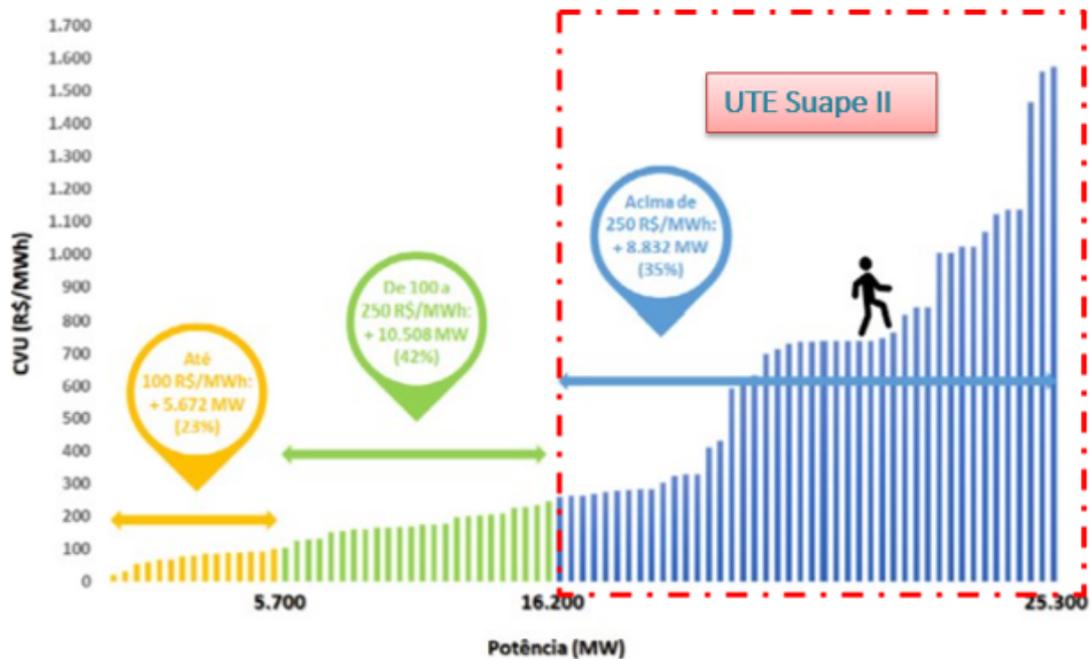
De acordo com o Planejamento Energético Anual (PEN) do ONS de 2021 - 2025, o despacho térmico tende a garantir o atendimento a carga do SIN nos períodos secos de maio a outubro. Uma vez que, nos períodos chuvosos de novembro a abril, o efeito da sazonalidade hidráulica é bastante expressivo, haja a vista a produção hídrica de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau.

“Dessa forma, o parque gerador térmico e as fontes renováveis passam a ter, cada vez mais, o papel de ‘reservatório virtual’ do SIN.” (PEN 2021 – 2025 ONS).



Fonte: PEN 2021 - 2025 ONS

O maior incremento de geração térmica ocorre para CVUs entre 100,00 e 250,00 R\$/MWh, representando um montante de aproximadamente 10.500 MW de potência. Para CVUs mais elevados, na faixa de 1.000,00 a 1.500,00 R\$/MWh (onde Suape II se encontra), não há incremento de potência significativo, o que acaba colaborando para a volatilidade dos CMOs, quando do despacho térmico nessa faixa, o que explica, inclusive, a alteração de bandeiras tarifárias entre PMOs ao longo de cada ano.

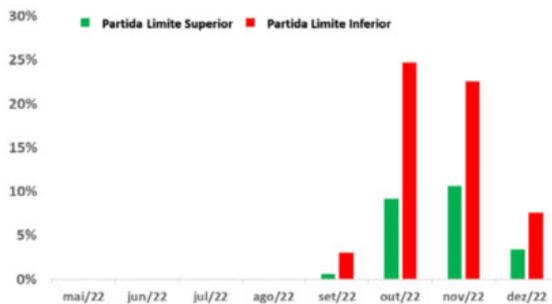


Fonte: PEN 2021 - 2025 ONS

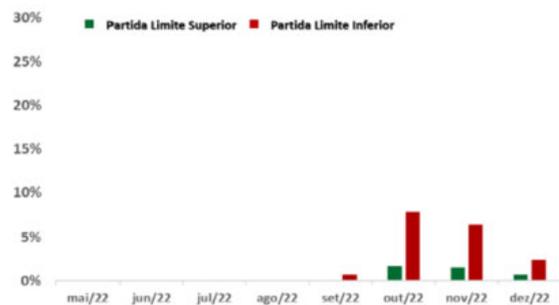
“Para o período seco de 2022, os resultados indicam probabilidades elevadas da necessidade de uso da Reserva de Potência Operativa e de ocorrência de déficit de potência nos meses de outubro e novembro, principalmente, para o cenário cuja partida no início de maio de 2022 está associada à trajetória inferior da análise energética para o período úmido de 2022.” (PEN ONS 2021).

Nota: Reserva de Potência Operativa = Serviços Ancilares.

**PROBABILIDADE DE INVASÃO DA RESERVA OPERATIVA (%)**



**PROBABILIDADE DE DÉFICIT DE POTÊNCIA (%)**



Por fim, uma vez que mantidas as boas práticas e responsabilidade no cumprimento dos procedimentos operacionais, foco na manutenção e execução do planejamento de operação anual, realizando a melhoria contínua de processos e seus indicadores.

Cabo de Santo Agostinho, 07 de março de 2022.

A administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104  
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil  
Telefone +55 (81) 3414-7950  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da  
Energética Suape II S.A.**  
Cabo de Santo Agostinho – PE

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Suape II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 07 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques  
Contador CRC 1SP217700/O-3

## Energética Suape II S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	20.914	21.805	Fornecedores	18	10.100	9.838
Contas a receber de clientes	10	143.321	104.932	Empréstimos, financiamentos e encargos	20	75.664	24.837
Estoques	11	70.356	42.721	Tributos e contribuições sociais	21	3.205	5.787
Tributos e contribuições a recuperar	12	550	557	Passivo fiscal corrente	21.1	19.179	13.856
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13	11.099	6.983	P&D e taxas regulatórias	22	10.662	8.203
Despesas pagas antecipadamente	15	2.649	1.689	Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	-	28.400
Outros créditos		80	779	Outras contas a pagar	24	5.996	6.230
<b>Total ativo circulante</b>		<b>248.969</b>	<b>179.466</b>	<b>Total passivo circulante</b>		<b>124.806</b>	<b>97.151</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Realizável a longo prazo</b>			
Aplicações financeiras restritas	9	4.328	4.150	Empréstimos, financiamentos e encargos	20	105.269	120.493
Ativo fiscal diferido	21.3	3.236	2.274	Provisão para honorários advocatícios	19	12.347	12.347
Outros créditos	14	9.879	9.879	P&D e taxas regulatórias	22	5.406	3.199
		<b>17.443</b>	<b>16.303</b>	Fornecedores	18	-	501
				Outras contas a pagar	24	234	584
				<b>Total passivo não circulante</b>		<b>123.256</b>	<b>137.124</b>
Imobilizado	16	438.507	467.441	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	17	365	615	Capital social	26	139.977	139.977
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>456.315</b>	<b>484.359</b>	Reserva legal	26	27.995	27.995
				Reserva de incentivos fiscais	26	237.833	178.905
				Dividendos adicionais propostos	23	51.417	82.673
				<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>457.222</b>	<b>429.550</b>
<b>Total de ativo</b>		<b>705.284</b>	<b>663.825</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>705.284</b>	<b>663.825</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energética Suape II S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	28	<b>1.458.643</b>	<b>421.341</b>
<b>Custo Operacional</b>			
Custo de operação de geração de energia elétrica	29	(993.534)	(168.465)
Custo de compra de energia elétrica	29	<u>(115.998)</u>	<u>(74.708)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>349.111</u></b>	<b><u>178.168</u></b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	29	(11.565)	(8.974)
Outras despesas operacionais	29	(3.785)	(44)
Outros receitas operacionais	29	<u>1.140</u>	<u>81</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>334.901</u></b>	<b><u>169.231</u></b>
Despesas financeiras	30	(17.421)	(10.424)
Receitas financeiras	30	<u>1.897</u>	<u>3.539</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b><u>(15.524)</u></b>	<b><u>(6.885)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>319.377</u></b>	<b><u>162.346</u></b>
Imposto de renda	21.2	(76.036)	(36.559)
Contribuição social	21.2	(27.217)	(13.147)
Imposto de renda diferido	21.2	707	707
Contribuição social diferida	21.2	255	255
Incentivo Fiscal SUDENE	21.2	<u>58.928</u>	<u>29.533</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>276.014</u></b>	<b><u>143.135</u></b>
<b>Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas - R\$</b>		<b><u>1,97</u></b>	<b><u>1,02</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energética Suape II S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b><u>276.014</u></b>	<b><u>143.135</u></b>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u><u>276.014</u></u></b>	<b><u><u>143.135</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Energética Suape II S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>139.977</b>	<b>27.995</b>	<b>149.372</b>	<b>82.977</b>	<b>-</b>	<b>400.321</b>
Distribuição de lucros	23	-	-	-	(82.977)	-	(82.977)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	143.135	143.135
<i>Destinação do lucro</i>							
Juros sobre capital próprio	23	-	-	-	-	(14.332)	(14.332)
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	23	-	-	-	-	(2.529)	(2.529)
Dividendo mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	(14.068)	(14.068)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	26	-	-	29.533	-	(29.533)	-
Constituição da reserva de lucros	26	-	-	-	82.673	(82.673)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>139.977</b>	<b>27.995</b>	<b>178.905</b>	<b>82.673</b>	<b>-</b>	<b>429.550</b>
Distribuição de lucros	26	-	-	-	(82.673)	-	(82.673)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	276.014	276.014
<i>Destinação do lucro</i>							
Juros sobre capital próprio	23	-	-	-	-	(15.194)	(15.194)
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	23	-	-	-	-	(2.681)	(2.681)
Dividendo mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	(39.078)	(39.078)
Dividendos intermediários	23	-	-	-	-	(108.716)	(108.716)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	26	-	-	58.928	-	(58.928)	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	51.417	(51.417)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>139.977</b>	<b>27.995</b>	<b>237.833</b>	<b>51.417</b>	<b>-</b>	<b>457.222</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energética Suape II S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>276.014</b>	<b>143.135</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	29	24.081	24.069
Reversão de amortização (projeto de P&D)	17	(351)	(351)
Baixa no ativo imobilizado e intangível	16 / 17	7.579	608
Imposto de renda e contribuição social - correntes e incentivo fiscal Sudene	21.2	44.325	20.173
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.2	(962)	(962)
Atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio	23.3	619	1.591
Provisão (reversão) de honorários advocatícios		-	(412)
Encargos de empréstimos e financiamentos	20	7.773	8.100
		<b>359.078</b>	<b>195.951</b>
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(38.389)	(29.681)
Estoques		(27.635)	2.322
Tributos e contribuições a recuperar		7	3.513
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(4.116)	12.505
Demais ativos circulantes		(261)	(1.465)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		262	(25)
Tributos e contribuições sociais		(2.582)	396
P&D e taxas regulatórias		2.459	(14.133)
Outras contas a pagar		(234)	(5.572)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>288.589</b>	<b>163.811</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(38.391)	(14.120)
Juros pagos	20	(4.099)	(8.741)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>246.099</b>	<b>140.950</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Resgate das aplicações financeiras restritas		(179)	6.692
Aquisição de imobilizado e intangível	16 / 17	(758)	(178)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento</b>		<b>(937)</b>	<b>6.514</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	20	-	163.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	20	(16.338)	(178.665)
Pagamento de dividendos	23.3	(245.130)	(96.578)
Juros sobre o capital próprio pagos (líquido de IRRF)	23.3	(29.550)	(16.619)
Pagamento do IRRF e da atualização monetária dos dividendos e juros sobre capital próprio	23.3	(3.300)	(4.120)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(294.318)</b>	<b>(132.982)</b>
<b>(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(49.156)</b>	<b>14.482</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício (considera o efeito da conta garantida)	8	21.705	7.223
Caixa e equivalentes no final do exercício (considera o efeito da conta garantida)	8	(27.451)	21.705
<b>(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(49.156)</b>	<b>14.482</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Energética Suape II S.A. (“Suape”, “Companhia” ou “UTE Suape II”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade de desenvolver, implementar, operar e explorar uma usina termelétrica movida a óleo combustível e está localizada próximo ao Complexo Portuário de Suape, Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco é considerada atualmente a maior termelétrica a óleo combustível (OCB1) da América Latina. Está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 230kV onde se interliga a 5,5 km com a Subestação SE Suape II da Companhia Hidroelétrica São Francisco (CHESF), tendo em vista fornecer a sua máxima energia disponível de maneira a compor sua significativa parcela no suprimento energético do Setor Elétrico Brasileiro, realizando um papel importantíssimo para o país, em especial a Região Nordeste, onde está localizada.

A UTE Suape II sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-5 de 2007, tendo início da sua operação comercial em 24 de janeiro de 2013 e finalização do seu Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) previsto para 31 de dezembro de 2026, com outorga de autorização até 2043 através da portaria autorizativa MME 217/2008. Por meio da Resolução ANEEL nº 2.656/2010 ampliou sua potência instalada para 381,255MW (17 unidades geradoras x 22,425 MW) e em 03/2016 teve sua garantia física revisada de 265,4 MW para 269,1 MW, conforme Portaria MME 046/2016.

Em 2021, a Companhia foi despachada 37,60% ao longo de todo o ano, gerando 1.253.502,13 MWh (em 2020 o despacho foi de 4,87% gerando 162.737,05 MWh). No exercício de 2021 a maior parte do despacho se deu por Garantia Energética em detrimento a crise hídrica referenciada pelo MME no ano de 2021.

A disponibilidade da Usina encerrou o exercício de 2021 em 85,99% (90,82% em 2020), Percentual 3,99% a maior que o mínimo satisfatório exigido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

Apesar da matriz energética brasileira ser predominante hidroelétrica, os baixos níveis hídricos em determinados períodos do ano trazem consigo uma necessidade intrínseca de controle no fornecimento da geração, o qual cria a necessidade por fontes que possuem capacidade de controlar essa intermitência, como térmicas. Suape prevê para o exercício do ano de 2022 um despacho de 20% distribuídos de forma a suprir os períodos de menor produção eólica no subsistema nordeste e pelo o que apontam os modelos estatísticos de previsão de afluência o suprimento pela mitigação do risco hidrológico.

### **Impactos decorrente do COVID-19**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

As receitas desse segmento estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoeétrica bem como ao valor do CVU. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID19.

De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da Companhia, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e base de mensuração**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Julgamentos**

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 21** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 25** - Contingências - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 31** - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco- principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo;

**(i) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **5 Mudanças nas principais políticas contábeis**

Não houveram mudanças contábeis que afetassem as demonstrações financeiras da Companhia.

## **6 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## **7 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **7.1 Moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### **7.2 Receita de operações com energia elétrica**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada. Segue abaixo as receitas operacionais que a Companhia reconhece, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

### ***Receita energia elétrica no ambiente regulado***

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida mensalmente por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

### ***Receita energia elétrica no ambiente de comercialização livre***

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh (determinado pela oferta e procura do mercado no momento da operação). A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

## **7.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São classificadas a custo amortizado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

## **7.4 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de aplicações financeiras;
- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Tributos sobre ganhos financeiros; e
- Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelos juros efetivos. A Companhia classifica a despesa de juros como fluxos de caixa das atividades operacionais.

## **7.5 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

**(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) *Despesas de Imposto de renda e contribuição social diferidas***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Companhia e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de balanço e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **7.6 Subvenções governamentais (Lucro da exploração)**

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Em 2013, a Companhia passou a apurar o Lucro da Exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não-restituíveis, pelo prazo de 10 (anos).

## **7.7 Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de saúde médico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. A Companhia não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

## **7.8 Estoques**

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

O estoque de combustíveis, peças de reposição e consumíveis está detalhado na nota explicativa 11. As peças de reposição passam por análise anual de giro, sendo reclassificadas para o ativo imobilizado (nota explicativa 16) quando cabível.

## **7.9 Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Administração considera a intenção em participar de novos leilões para renovar o contrato de autorização e por isso considera a vida útil econômica dos ativos estará alinhada as taxas atualmente praticadas. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

## **7.10 Intangível**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como utilização de softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

**(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

**(iii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A amortização é reconhecida no resultado.

## **7.11 Instrumentos financeiros**

### **7.11.1 Ativos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### **7.11.2 Passivos financeiros**

#### ***Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

#### ***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **7.12 Capital social**

O capital social está representado por ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

### **7.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

#### ***(i) Ativos financeiros não-derivativos***

##### ***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

Quando aplicável, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato, quando aplicáveis, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

#### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

#### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

Quando aplicável, a provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### **(ii) *Ativos não financeiros***

Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são alocadas para redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **7.14 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

#### **7.15 Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

##### ***Como arrendatário - Arrendamentos de ativos de baixo valor***

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

##### ***Como arrendador***

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. A Companhia não possui nenhum ativo arrendado, seja ele financeiro ou operacional.

#### **7.16 Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

#### **7.17 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

#### **7.18 Dividendos**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 - Evento Subsequente e o ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de “Reserva de Lucros”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

#### **7.19 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	31	24
Aplicações financeiras - Certificados de depósito bancário (CDB)	20.883	21.781
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial</b>	<b>20.914</b>	<b>21.805</b>
<b>Saldos bancários a descoberto</b>	<b>(48.365)</b>	<b>(100)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>(27.451)</b>	<b>21.705</b>

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata remunerados ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as aplicações apresentaram rendimentos médios entre 98 e 100% do CDI nas principais aplicações – CDB Santander e Itaú (2020: 75% e 90% do CDI).

## 9 Aplicações financeiras restritas (não circulante)

Instituição financeira	Modalidade	Ref.	Vencimento	Indexador	2021	2020
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG	(a)	31/12/2026	98% do CDI	4.190	4.017
Banco do Brasil S/A	Garantia CCT	(b)	31/12/2026	94% do CDI	138	133
<b>Total das aplicações financeiras restritas</b>					<b>4.328</b>	<b>4.150</b>

(a) Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB por meio do Contrato Conta de Garantias (“CCG”). O saldo a ser mantido representa o montante de pelo menos um mês da TUST conforme previsto no Anexo VI da Resolução ANEEL nº 1.316/2012

(b) Corresponde à conta de administração às garantias do Contrato de Conexão e Transmissão com a CHESF (“CCT – CHESF”). O montante aplicado representa uma parcela do contrato, conforme previsto na cláusula 54 do CCT-CHESF.

## 10 Contas a receber de clientes

	Ref.	2021	2020
Contas a receber de clientes	(a)	79.301	15
Valores a faturar	(b)	60.207	84.452
Liquidação no mercado de curto prazo	(c)	3.813	20.465
<b>Total de contas a receber de clientes e outros recebíveis</b>		<b>143.321</b>	<b>104.932</b>

(a) O montante contabilizado no contas a receber em 2021 é composto de valores faturados de venda de energia (parcela final de 1/3 fixa e de geração) de novembro de 2021, com vencimento inferior a 45 dias.

(b) Referem-se às parcelas fixa e de geração não faturadas conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica – CCEAR. A receita correspondente as operações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) referente a competência de novembro de 2020 foi liquidada em janeiro de 2021.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Valores a faturar (NOV)	-	21.644
Valores a faturar (DEZ)	60.207	62.808
	<b>60.207</b>	<b>84.452</b>

- (a) A liquidação no mercado de curto prazo é referente a recuperação de energia elétrica (lastro) adquirida pela Companhia no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento. A variação entre os períodos é decorrente da redução do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) vigente (R\$ 502,70 p/MWh - nov/2020 e R\$ 88,10 p/MWh - nov/2021). Os volumes adquiridos em 2020 e 2021 foram, respectivamente, de 55,72 MW médios e 49,87 MW. A inadimplência atual é de R\$ 699 sendo R\$ 403 referente a última liquidação ocorrida em 08/12/2021 referente ao período de out/2021 (4,2% => R\$ 403 / R\$ 9.602) já recebido na liquidação de janeiro de 2022.

### **Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável**

A Companhia não possui histórico de perdas efetivas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A inadimplência atual referente a liquidação no MCP, sendo liquidada no prazo de 90 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na nota explicativa 31.

## **11 Estoques**

Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos é o custo médio.

	<b>Ref.</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Estoque de combustíveis</b>			
Combustíveis para geração de energia	(a)	41.022	17.362
<b>Estoque de peças</b>			
Segurança / Mínimo	(b)	18.003	19.187
<i>Overhaul</i>	(b)	653	806
Garantia	(c)	5.021	5.366
Em poder de terceiros	(d)	1.943	-
Importações em andamento	(e)	3.344	-
		<b>28.964</b>	<b>25.359</b>
<b>Outros estoques</b>			
Consumíveis		370	-
<b>Total dos estoques</b>		<b>70.356</b>	<b>42.721</b>

- (a) O saldo em estoque de combustível refere-se ao óleo combustível B1 (“OCB1”), diesel e lubrificantes. O volume de OCB1 em estoque é definido de acordo com expectativa de geração havendo uma capacidade de máxima de tancagem nos tanques próprios para 5 dias de geração. O aumento do saldo é decorrente do maior volume em estoque (38,21%) decorrente da interrupção da geração, conforme determinado pelo ONS. Além disso, também houve um aumento do custo médio do OCB1 (76,77%).

- (b) Estoque de peças críticas essenciais para a segurança operacional da Companhia, sendo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas. Anualmente é realizada análise do giro dos itens e feita a reclassificação entre estoque (curto prazo) e ativo imobilizado (longo prazo) (vide nota explicativa 16 “a”).
- (c) Estoque de peças patrimoniais recebidas em garantia para substituição de peças danificadas e manutenção de *overhaul*.
- (d) Peças em poder de terceiros para recuperação destinadas as manutenções preventivas/corretivas das Unidades Geradoras (“UGs”)e auxiliares.
- (e) Importação de dois turbo compressores para a UG#10 em virtude dos Major Breakdown ocorridos durante o ano. A conclusão do desembaraço ocorreu em janeiro/2022. O reembolso dos custos relacionados a esses sinistros está sendo pleiteado junto a Seguradora.
- (f) O estoque de peças passa por análise anual de giro, sendo reclassificadas para o ativo imobilizado (nota explicativa 16) quando cabível.

## 12 Tributos e contribuições a recuperar

	Ref.	2021	2020
CSRF a compensar	(a)	550	550
ISS		-	7
<b>Total de tributos e contribuições a recuperar</b>		<b>550</b>	<b>557</b>

- (a) Crédito decorrente de pagamento a maior. Previsão de compensação no primeiro semestre de 2022.

## 13 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	Ref.	2021	2020
Projeto Captura de carbono (H2)	(a)	4.565	2.763
Projeto Compactador de biomassa	(b)	3.073	2.018
Projeto Sistema de monitoramento do trafo	(c)	3.145	1.908
Serviços em curso	(d)	316	294
<b>Total de projetos de P&amp;D em andamento</b>		<b>11.099</b>	<b>6.983</b>

- (a) Conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL as empresas geradoras de energia elétrica destinam 1% de sua Receita Operacional Líquida (“ROL”) para Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Desse percentual, 40% é destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, 20% para o Ministério de Minas e Energia – MME e 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. A partir de abril de 2021 uma parcela do valor destinado aos projetos de pesquisas passou a ser recolhida para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.
- (b) Captura de Carbono, desenvolvimento de novo dispositivo, para uso em motores de grande porte a óleo OCB1, capaz de transformar os gases poluentes de escape provenientes das cadeias de carbono em gases não tóxicos (código ANEEL PD-06599-0007/2019). A pesquisa ainda está em andamento com término previsto para setembro/2022.
- (c) Sistema Compactador Automatizado Móvel de Matéria-Prima (Biomassa) que transforma cavacos de madeira em briquetes: aumentando o poder calorífico, o controle do processo e a reserva operativa energética; reduzindo custos de transporte e armazenamento; incluindo geração de relatórios e índices de qualidade (código ANEEL PD-06599-0008/2019). A pesquisa ainda está em andamento com término previsto para março/2022.
- (d) Sistema de monitoramento de transformadores customizado, configurável, com inteligência para apoio a decisão visando manutenção do ativo transformador. A Inteligência irá prover diagnóstico de: fator de aceleração do envelhecimento; *hotspot*; taxa de geração de gases; e teor de água no papel (código ANEEL PD-06599-0009/2019). A pesquisa ainda está em andamento com término previsto para novembro/2022.

Projeto	Código ANEEL	Início	Status
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	Previsão de conclusão: setembro/2022
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Previsão de conclusão: março/2022
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	Previsão de conclusão: novembro/2022

Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Companhia: <https://www.suapeenergia.com.br/>

## 14 Outros créditos

	Ref.	2021	2020
Vibra Energia S.A	(a)	9.879	9.879
<b>Total de valores a receber</b>		<b>9.879</b>	<b>9.879</b>

- (a) Refere-se aos valores a receber, suportados pela Companhia, decorrente do excedente de ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais emitidas pela Petrobrás S.A. (Base SUAPE) para a Vibra Energia S.A. (antiga Petrobras Distribuidora) no tocante as compras de óleo combustível (OCB1) para produção de energia elétrica. Sendo a Companhia beneficiária, em conformidade com a Lei nº 15.615 de 08 de outubro de 2015, desde 1º de outubro de 2015, de redução na base de cálculo do imposto, nas operações de compra de óleo combustível B1 (“OCB1”) para utilização como insumo na UTE Suape II, de forma que a carga tributária resultasse em 7%, restou reconhecido pela Vibra Energia S.A. o excedente de tributação havido no início da vigência da Lei 15.615/2015, tendo a Companhia autorizado/legitimado a Vibra Energia S.A. a proceder a restituição junto ao fisco pernambucano para fins de devolução dos valores para a Companhia, que reconhecidamente suportou o encargo. Diante deste cenário, quando da aquisição do produto pela Companhia foi registrado como custo do combustível todo o ICMS destacado nas notas fiscais de compra de OCB1 da mesma forma que antes desta Lei.

A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de consultas realizadas junto a SEFAZ-PE, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios.

## 15 Despesas antecipadas

	Ref.	2021	2020
Prêmio de seguros		2.641	1.671
Taxas		8	18
<b>Total de despesas antecipadas</b>		<b>2.649</b>	<b>1.689</b>

## 16 Ativo imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em curso	Peças sobressalentes (a)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		9.978	340.005	110.837	225	517	461.562	440	29.553	491.555
Aquisição		-	54	-	-	2	56	122	-	178
Transferência		-	4	531	-	-	535	(535)	-	-
Baixa		-	(8)	(35)	(14)	-	(57)	-	(551)	(608)
Depreciação		-	(19.870)	(3.710)	(56)	(48)	(23.684)	-	-	(23.684)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>9.978</b>	<b>320.185</b>	<b>107.623</b>	<b>155</b>	<b>471</b>	<b>438.412</b>	<b>27</b>	<b>29.002</b>	<b>467.441</b>
Aquisição		-	355	-	-	12	367	3	181	551
Reclassificação do estoque	(b)	-	-	-	-	-	-	-	1.716	1.716
Reclassificação do intangível	(c)	-	3	7	-	-	10	-	-	10
Baixa	(d)	-	(3.611)	(99)	-	(125)	(3.835)	(30)	(3.707)	(7.572)
Depreciação		-	(19.841)	(3.708)	(40)	(50)	(23.639)	-	-	(23.639)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>9.978</b>	<b>297.091</b>	<b>103.823</b>	<b>115</b>	<b>308</b>	<b>411.315</b>	<b>-</b>	<b>27.192</b>	<b>438.507</b>
<b>Ativo imobilizado</b>										
Custo total		9.978	494.046	140.138	529	797	645.488	565	31.450	677.503
Baixas		-	(3.636)	(127)	(31)	(133)	(3.927)	(565)	(4.258)	(8.750)
Depreciação acumulada		-	(193.319)	(36.188)	(383)	(356)	(230.246)	-	-	(230.246)
<b>Valor contábil em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>9.978</b>	<b>297.091</b>	<b>103.823</b>	<b>115</b>	<b>308</b>	<b>411.315</b>	<b>-</b>	<b>27.192</b>	<b>438.507</b>
Depreciação anual média em 2021 - %		-	4,02	2,65	7,56	6,27	3,66	-	-	3,49

- (a) Dentre os ativos mencionados acima, a Companhia possui peças sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos classificados no grupo do imobilizado conforme item 8 do CPC 27, esses materiais serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e equipamentos do ativo imobilizado da Companhia e são essenciais para garantir a segurança operacional e a administração espera usá-los por mais de um período. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil do imobilizado correspondente a peças sobressalentes era de R\$ 27.192 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 29.002), totalizando R\$ 438.507 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 467.441) de bens do ativo imobilizado.
- (b) A transferência de R\$ 1.716 é decorrente da reclassificação (líquida) de estoque para e imobilizado dos itens com e sem giro. A análise é feita anualmente (novembro) de acordo com a movimentação ocorrida durante o período dos últimos 12 meses.
- (c) As transferências para as contas de imobilizado são oriundas de reclassificação do ativo intangível (vide nota explicativa 17).
- (d) Em 2021 a Companhia realizou inventário físico do ativo imobilizado, resultando na baixa de R\$ 3.783 em bens não mais existentes. O trabalho e emissão do relatório está em fase de conclusão por parte dos especialistas contratados que auxiliaram a administração no inventário físico dos ativos.

### **Provisão para redução ao valor recuperável**

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. A Administração concluiu que como resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a ser reconhecidas.

### **Depreciação**

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis utilizando as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens, conforme apresentado a seguir:

<b>Itens de Imobilizado</b>	<b>Range de depreciação</b>
Edificações	30 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 40 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

## **17 Ativo intangível**

	<b>Ref.</b>	<b>Direito de uso de software</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>		985
Amortização	(a)	<u>(370)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b><u>615</u></b>
Adição		207
Reclassificação para o imobilizado	(b)	(10)
Baixas		(7)
Amortização	(a)	<u>(440)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b><u>365</u></b>
Custo total		2.433
Reclassificação para o imobilizado		(10)
Baixas		(21)
Amortização acumulada		<u>(2.037)</u>
Valor residual		<b><u>365</u></b>
<b>Amortização anual - %</b>		<b>20</b>

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de softwares.

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados de forma linear de acordo com base na vida útil estimada do software que é de 5 anos.

- (a) A amortização no resultado é deduzida da parcela do Projeto de P&D de Diagnóstico de Falha de Motores (R\$ 351 / ano) não representando um custo financeiro para a Companhia
- (b) As reclassificações são decorrentes do inventário realizado em 2021 (vide nota explicativa 16, “c”).

## 18 Fornecedores

	Ref.	2021	2020
Combustíveis e lubrificantes	(a)	966	1.236
Encargos de uso da rede	(b)	3.698	3.526
Wartsila Brasil Ltda.	(c)	3.111	3.449
Institutos de P&D	(d)	325	1.166
Wartsila Switserland	(e)	264	-
Outros fornecedores		<u>1.736</u>	<u>962</u>
<b>Total de fornecedores a pagar</b>		<b><u>10.100</u></b>	<b><u>10.339</u></b>
Circulante		10.100	9.838
Não circulante		-	501

- (a) Aquisição de OCB1 incluindo frete, lubrificantes e diesel destinados a geração de energia elétrica. O prazo de médio de liquidação é de 5 dias para os combustíveis e 30 para o frete sobre o OCB1.
- (b) Refere-se ao uso da rede básica e sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (c) Aquisição de serviço de Operação e Manutenção da planta O&M, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (d) Refere-se ao custo com as instituições de pesquisas dos projetos de P&D em andamento (vide nota explicativa13).
- (e) Importação de peças de manutenção das UGs e auxiliares. O saldo já considera a provisão para variação cambial, sendo o prazo médio de liquidação de 30 dias.

## 19 Provisão de honorários advocatícios

	Ref.	2021	2020
Paulo Cesar Pinheiro Advogados	(a)	<u>12.347</u>	<u>12.347</u>
<b>Total de honorários a pagar</b>		<b><u>12.347</u></b>	<b><u>12.347</u></b>
Não circulante		12.347	12.347

- (a) Honorários de êxito de 2% sobre o benefício econômico gerado com estimativa de ganho na causa do afastamento das penalidades decorrentes do atraso do início da operação comercial (vide nota explicativa 25.5). Em 2018, a Companhia avaliou que o montante dos honorários, considerando o benefício econômico gerado, seria de aproximadamente R\$ 7,8 milhões, em 2019 a Companhia reavaliou a estimativa e optou por provisionar o valor complementar de R\$ 4,56 milhões perfazendo o total do montante dos honorários com base nas penalidades do processo.

## 20 Empréstimos, financiamentos e encargos

Instituição financeira	Objetivo	Ref	Juros	Prazos / Vencimento	Circulante		Não circulante	Total	
					Principal	Encargos	Principal	2021	2020
Itaú Unibanco S.A.	Compra de OCB1	(a)	CDI + 2,18% a.a.	6 meses - 17/02/2021	-	-	-	-	100
Itaú Unibanco S.A.	Compra de OCB1	(b)	CDI + 1,95% a.a.	6 meses - 14/02/2022	17.500	535	-	18.035	-
Banco Santander S.A. – CCB	Construção UTE	(c)	151,00% do CDI + 0,02% de SBLC a.a.	78 meses - 10/11/2026	-	-	-	-	145.230
Banco Santander S.A. – CCB	Construção UTE	(d)	CDI + 1,80% a.a.	64 meses - 10/11/2026	23.393	3.906	105.269	132.568	-
Banco Santander S.A., - CCB	Compra de OCB1	(e)	CDI + 1,94% a.a.	6 meses - 27/06/2022	30.000	330	-	30.330	-
<b>Total de empréstimos a pagar</b>					<b>70.893</b>	<b>4.771</b>	<b>105.269</b>	<b>180.933</b>	<b>145.330</b>
Circulante								75.664	24.837
Não circulante								105.269	120.493

A Companhia obteve com as Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos para a construção e operação da usina, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- (a) Conta garantida contratada junto ao Itaú BBA para aquisição de OCB1, na modalidade à vista, liquidada em fevereiro de 2021.
- (b) Conta garantida contratada junto ao Itaú BBA para aquisição de OCB1, na modalidade D+5, sendo o saldo devedor quitado em janeiro de 2022, não havendo até a data de emissão do presente a captação de novos recursos.
- (c) Em agosto de 2021, foi quitada a Cédula de Crédito Bancário (CCB) contratada em maio de 2020 em virtude da negociação com o Banco Santander para a nova linha de crédito.
- (d) Cédula de Crédito Bancário (CCB) contratada em agosto de 2021 nas mesmas condições de garantia e vencimento da CCB do item “c”, excetuando-se a taxa de juros mais atrativa para a Companhia dada as condições atuais do mercado (aumento do CDI e câmbio). Ademais a Companhia obteve a carência de seis meses para pagamento da primeira parcela do empréstimo.
- (e) Conta garantida contratada junto ao Banco Santander para aquisição de OCB1, na modalidade D+5, sendo o saldo devedor quitado em janeiro de 2022, não havendo até a data de emissão do presente a captação de novos recursos.

Os financiamentos para Construção da UTE (“c”, “d”) tem como garantia os direitos creditórios provenientes da receita fixa do(s) “CCEAR’s”, que serão disponibilizados na Conta Vinculada de titularidade do Banco Santander. Os empréstimos para compra de OCB1 (“a”, “b”, “e”) não possuem garantias vinculadas

**Condições restritivas (Covenants e Garantias)**

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (Covenants).

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>38.790</b>	<b>132.794</b>	<b>171.584</b>
Ingressos Empréstimos	42.507	120.493	163.000
Ingressos Conta Garantida	12.900	-	12.900
Encargos Empréstimos	8.100	-	8.100
Encargos Conta Garantida	413	-	413
Amortização de Principal Empréstimos	(45.871)	(132.794)	(178.665)
Amortização de Principal Conta Garantida	(22.900)	-	(22.900)
Pagamento de Juros e IOF Empréstimos	(8.741)	-	(8.741)
Pagamento de Juros e IOF Conta Garantida	(361)	-	(361)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>24.837</b>	<b>120.493</b>	<b>145.330</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>24.837</b>	<b>120.493</b>	<b>145.330</b>
Ingressos Conta Garantida	185.500	-	185.500
Transferências	15.224	(15.224)	-
Encargos Empréstimos	7.773	-	7.773
Encargos Conta Garantida	7.437	-	7.437
Amortização de Principal Empréstimos	(16.338)	-	(16.338)
Amortização de Principal Conta Garantida	(138.000)	-	(138.000)
Pagamento de Juros e IOF Empréstimos	(4.099)	-	(4.099)
Pagamento de Juros e IOF Conta Garantida	(6.670)	-	(6.670)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>75.664</b>	<b>105.269</b>	<b>180.933</b>

Em 31 de dezembro de 2021, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos na seguinte composição:

	2021	2020
2022	-	24.507
2023	23.393	24.507
2024	23.393	24.507
2025	23.393	24.507
2026	35.090	22.465
	<b>105.269</b>	<b>120.493</b>

## 21 Tributos e contribuições sociais

	2021	2020
IRRF	268	2.578
COFINS	1.771	2.104
PIS	383	457
INSS	363	307
CSRF	268	205
ISS	128	120
FGTS	23	15
ICMS	1	1
<b>Total de tributos e contribuições sociais a pagar</b>	<b><u>3.205</u></b>	<b><u>5.787</u></b>

### 21.1 Conciliação do IRPJ e CSLL correntes

	2021		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	27.217	76.036	103.253
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(58.928)	(58.928)
Pagamentos por estimativa no ano	<u>(16.676)</u>	<u>(8.470)</u>	<u>(25.146)</u>
<b>Total do passivo fiscal corrente</b>	<b><u>10.541</u></b>	<b><u>8.638</u></b>	<b><u>19.179</u></b>
	2020		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	13.147	36.559	49.706
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(29.533)	(29.533)
Pagamentos por estimativa no ano	<u>(3.823)</u>	<u>(2.494)</u>	<u>(6.317)</u>
<b>Total do passivo fiscal corrente</b>	<b><u>9.324</u></b>	<b><u>4.532</u></b>	<b><u>13.856</u></b>

### 21.2 Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	319.377	319.377	162.346	162.346
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	9%	25%	9%	25%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação</b>	<b>(28.744)</b>	<b>(79.844)</b>	<b>(14.611)</b>	<b>(40.587)</b>

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:</b>				
<b>Adições</b>				
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	(255)	(707)	(255)	(707)
Benefícios a administradores	-	(60)	-	(64)
Outras adições	(48)	(135)	(5)	(11)
	<b>(303)</b>	<b>(902)</b>	<b>(260)</b>	<b>(782)</b>
<b>Exclusões</b>				
Juros sobre capital próprio	1.609	4.469	1.518	4.215
Incentivo fiscal Lei do Bem	221	614	206	571
Outras exclusões	-	25	-	24
	<b>1.830</b>	<b>5.108</b>	<b>1.724</b>	<b>4.810</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(27.217)	(76.036)	(13.147)	(36.559)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	255	707	255	707
Incentivo fiscal SUDENE	-	58.928	-	29.533
	<b>(26.962)</b>	<b>(16.401)</b>	<b>(12.892)</b>	<b>(6.319)</b>

(b) A alíquota do Imposto de Renda considera a redução do Incentivo Fiscal da Sudene.

### 21.3 Conciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Ativo</b>				
Provisão para honorários advocatícios (NE 19)	12.347	12.347	12.347	12.347
Base de cálculo do imposto ativo	12.347	12.347	12.347	12.347
Alíquota	9%	25%	9%	25%
<b>Imposto ativo</b>	<b>1.111</b>	<b>3.087</b>	<b>1.111</b>	<b>3.087</b>
<b>Passivo (-)</b>				
Depreciação (diferença taxa contábil (ANEEL x RFB))	(2.829)	(2.829)	(5.658)	(5.658)
Base de cálculo do imposto passivo	(2.829)	(2.829)	(5.658)	(5.658)
Alíquota	9%	25%	9%	25%
<b>Imposto passivo</b>	<b>(255)</b>	<b>(707)</b>	<b>(509)</b>	<b>(1.415)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>856</b>	<b>2.380</b>	<b>602</b>	<b>1.672</b>

A Companhia não possui base de prejuízos fiscais acumulados e por esse motivo há constituição de ativo fiscal diferido sobre tal rubrica.

## 22 P&D e taxas regulatórias

	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	14.264	10.608
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	944	465
Ministério das Minas e Energia (MME)	472	232
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	105	97
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	283	-
<b>Total de tributos e contribuições sociais a pagar</b>	<b>16.068</b>	<b>11.402</b>
Circulante	10.662	8.203
Não circulante	5.406	3.199

Os encargos setoriais FNDCT / MME / P&D correspondem a 1% da receita operacional líquida que devem ser aplicados em P&D e em eficiência energética, em conformidade com a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, e visam financiar o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

Os gastos realizados com os projetos de P&D em curso estão registrados na rubrica de P&D projetos em andamento no ativo circulante (conforme nota explicativa 13). No final dos projetos o saldo em curso será encerrado contra os recursos do programa destacados acima. O saldo do P&D em curso em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 11.099 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 6.983), logo, o saldo a investir em P&D no exercício findo de 2021 era de R\$ 3.166 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 3.625).

## 23 Dividendos e juros sobre capital próprio

### 23.1 Juros sobre capital próprio

Deliberação 2021	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 11 de novembro de 2021			
AGE de 30 de novembro de 2021	JCP	17.875	0,12770

A deliberação (destinação) dos juros sobre o capital próprio no montante de 17.875 referente ao exercício social de 2021 foi no limite máximo de dedutibilidade para apuração do Lucro Real previsto no Artigo 9º da Lei 9.249/1995 (a), conforme Anexo II da Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2021. O JCP é considerado para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 2021 foram realizados os pagamentos das deliberações dos exercícios de 2020 e 2021. Os valores pagos de 2020 foram atualizados pela SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/1998, e são líquidos do respectivo IRF.

- (a) O art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação pro rata die da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e considerando o emanado no art. 75 da IN RFB nº 1.700/2017 e na Lei nº 12.973/2014.

## 23.2 Dividendos intermediários

Deliberação 2021	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 11 de novembro de 2021			
AGE de 30 de novembro de 2021	Dividendos intermediários	147.794	1,05584

Em novembro de 2021 foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários apurados até 30/09/2021 em conformidade com o art. 30 do Estatuto Social. O pagamento ocorreu dentro do exercício de 2021.

## 23.3 Dividendos mínimos e complementares

Segue a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios:

	2021	2020
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>276.014</b>	<b>143.135</b>
(-) Reserva de incentivo fiscal	<u>(58.928)</u>	<u>(29.533)</u>
<b>(=) Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>217.086</b>	<b>113.602</b>
(x) Percentual conforme Estatuto Social	<u>25%</u>	<u>25%</u>
<b>(=) Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b><u>54.272</u></b>	<b><u>28.400</u></b>
(-) Parcela já distribuída por meio de dividendos intermediários e JCP	<u>(54.272)</u>	<u>(14.332)</u>
<b>(=) Saldo a distribuir</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>14.068</u></b>
 <b>Demonstrativo dos Dividendos mínimos e Juros sobre Capital Próprio:</b>		
Juros sobre capital próprio declarados	17.875	16.861
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	(2.681)	(2.529)
Dividendos mínimos pagos através de dividendos intermediários	39.078	-
Dividendos mínimos complementares obrigatórios	<u>-</u>	<u>14.068</u>
<b>Total bruto</b>	<b><u>54.272</u></b>	<b><u>28.400</u></b>

A distribuição (pagamento) dos dividendos mínimos obrigatórios de 2021 já ocorreu dentro do exercício em virtude da distribuição dos dividendos intermediários (Nota explicativa 23.2), não havendo a necessidade de deliberação de aprovação de valores adicionais.

A formação do saldo excedente aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Base de cálculo dos dividendos	217.086	113.602
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	<u>(56.953)</u>	<u>(30.929)</u>
<b>Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>160.133</b>	<b>82.673</b>
Dividendos intermediários distribuídos no ano	<u>(108.716)</u>	<u>-</u>
<b>Saldo do excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b><u>51.417</u></b>	<b><u>82.673</u></b>

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$ 51.417 excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como dividendos adicionais propostos, seja distribuído integralmente ao longo do exercício de 2022, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, e futura deliberação dos acionistas em assembleia geral.

A movimentação dos saldos dos dividendos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo inicial</b>	28.400	28.629
Dividendos complementares do exercício anterior	82.673	82.977
Atualização SELIC (líquida de IRRF)	619	1.591
Dividendos pagos do exercício anterior	(97.336)	(96.578)
Juros sobre capital próprios pagos	(29.550)	(16.619)
Dividendos propostos do exercício	56.953	30.929
Dividendos intermediários declarados no exercício	108.716	-
Dividendos mínimos pagos dentro do exercício	(39.078)	-
Dividendos intermediários pagos dentro do exercício	(108.716)	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	<u>(2.681)</u>	<u>(2.529)</u>
<b>Saldo final</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>28.400</u></b>

## 24 Outras contas a pagar

	<b>Ref.</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Estoque de peças em garantia	(a)	5.021	5.366
Provisão para férias e encargos		400	289
P&D imobilizado em serviço		234	584
Outros valores a pagar		<u>575</u>	<u>575</u>
<b>Total de outras contas a pagar</b>		<b><u>6.230</u></b>	<b><u>6.814</u></b>
Circulante		5.996	6.230
Não circulante		234	584

(a) Saldo corresponde a contra-partida ao estoque de peças em garantia (vide Nota Explicativa 11, "c").

## **25 Contingências**

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. Conforme requerido pela norma brasileira de contabilidade CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, e para as causas com risco de perda possível não é requerida contabilização, porém devem ser divulgadas em nota explicativa.

### **Ações tributárias, cíveis e ambientais (risco provável)**

Com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhuma ação com risco de perda provável.

### **Ações tributárias e cíveis (risco possível, não constituída provisão)**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava contingências passivas envolvendo questões tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montante de R\$ 14.890 e R\$ 1.277 (2020: R\$ 0 e R\$ 1.200), respectivamente. .

Abaixo destacamos os processos com valor envolvido de maior relevância, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível:

#### **25.1 Ação Ordinária contra União Federal**

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal, para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, referente à cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento. Acredita-se que a ação será julgada procedente, portanto de forma favorável à Companhia. A probabilidade de perda é possível e o valor é inestimável.

#### **25.2 Ação contra a CHESF**

A CHESF aplicou penalidades à Companhia, no montante de R\$ 1.277, sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do Atestado de Recebimento Provisório (ARP). A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel no qual se encontram implantados os bays de conexão, obrigação esta que não existe no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim, a Suape ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001 que se encontra com perícia marcada para fevereiro de 2022. A probabilidade de perda é possível, segundo análise realizada pelo jurídico interno da empresa.

#### **25.3 Ação contra União Federal e ANEEL**

A Companhia, para assegurar a preferência no recebimento da receita proveniente da recomposição de lastro via liquidação do Mercado de Curto Prazo (“MCP”) junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajuizou, na condição de associada da ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Térmicas, a ação ordinária nº 0051048-90.2015.4.01.3400 contra a União Federal e a ANEEL, para que as Rés não transfiram o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais da qual não faça parte, relativa aos efeitos dos atuais valores de GSF (*Generation Scalling Factor*) sobre geradores hidrelétricos nas liquidações, já reconhecida por liminar e confirmada por sentença. Eventual revogação da sentença em sede de recurso poderá provocar:

- (i) O risco da inadimplência no Mercado de Curto Prazo com o pagamento da receita no Mercado de Longo Prazo, devidamente corrigido conforme a variação do IGP-M do momento que era devido até o seu efetivo pagamento.

#### **25.4 Auto de Infração RFB**

Em maio de 2021, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) em decorrência do Mandado de Procedimento Fiscal nº. 04.0.01.00-2020-01410-0 referente a fiscalização de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2018. Os principais pontos do auto de infração estão relacionados ao cálculo do Lucro da Exploração. O valor da autuação foi de R\$ 19.853 já acrescido dos encargos legais (data-base maio/2021). A Companhia apresentou impugnação (processo administrativo 11274.720436-2021-58) e em primeira instância obteve êxito na declaração de improcedência de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do lançamento original, pendentes de análise de reexame necessário. Em dezembro de 2021 a Companhia ingressou com recurso voluntário para apreciação, em segunda instância, sobre os argumentos de impugnação associados aos valores ainda mantidos e por ela tidos como indevidos. Atualmente o processo encontra-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo a probabilidade de perda remota em relação aos valores objeto de reexame necessário (R\$ 4.963) e admitindo-se possível no tocante à parcela objeto de Recurso Voluntário (R\$ 14.890).

#### **25.5 Mandado de Segurança ANEEL e CCEE**

A Companhia impetrou Mandado de Segurança contra a ANEEL e CCEE para afastar penalidades decorrentes do atraso no início da operação comercial da Usina por fato de terceiro, bem como assegurar o recebimento da Receita Fixa proveniente dos CCEARs durante o período em que se encontrava apta a gerar energia, mas impedida de escoá-la ao SIN. Foi concedida tutela antecipada, prolatadas sentença e acordão favoráveis à Companhia, estando pendente o julgamento de recursos interpostos pela ANEEL e CCEE (processo nº 6981-45.2012.4.01.3400). As penalidades giram em torno de R\$ 90 milhões com possibilidade remota de perda.

## **26 Patrimônio líquido**

### **26.1 Capital social**

O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 139.977 em 2021 e 2020 e está representado por 139.977 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, ficando a composição do Capital da Companhia conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<b>2021 / 2020</b>	
<b>Acionistas</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Valor</b>
Savana SPE Incorporações Ltda.	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	27.995	27.995
<b>Total de tributos e contribuições sociais a pagar</b>	<b>139.977</b>	<b>139.977</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### **26.2 Reservas de legal e de lucros**

A Companhia já constituiu o montante para Reserva Legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76.

A conta de Reserva de Lucros é constituída pelos valores excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários e são destinados após deliberação por parte dos acionistas em AGO/E, sendo a sua composição detalhada na nota explicativa 23.

### **26.3 Reserva de incentivos fiscais - Lucro da exploração**

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ apurado com base no Lucro da Exploração, suportado pelo Laudo Constitutivo nº 0199/2012, expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. O incentivo tem a vigência de 10 (dez) anos se encerrando no final do exercício de 2023.

Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento. Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

	<b>Valores</b>
<b>Saldo acumulado em 01 de janeiro de 2020</b>	149.372
Incentivo fiscal no exercício de 2020	<u>29.533</u>
<b>Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>178.905</u></b>
Incentivo fiscal no exercício de 2021	<u>58.928</u>
<b>Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021</b>	<b><u>237.833</u></b>

## **27 Partes relacionadas**

### **a. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Em ata AGOE de 05 de abril de 2021, a Companhia deliberou o montante global de remuneração do pessoal-chave da Administração. O montante pago até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.824 (em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.580).

### **b. Outras transações com partes relacionadas**

Os valores a pagar (pagos) de Juros sobre Capital Próprio, dividendos mínimos, dividendos intermediários e dividendos adicionais propostos estão detalhados na nota explicativa 23.

## **28 Receita operacional líquida**

	<b>Ref.</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>			
Receita fixa - disponibilidade	(a)	298.599	284.162
Receita de geração - demanda	(b)	1.195.742	102.955
Energia elétrica de curto prazo	(c)	<u>129.178</u>	<u>82.289</u>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>		<b>1.623.519</b>	<b>469.406</b>

	Ref.	2021	2020
<b>Deduções da receita operacional</b>			
(-) PIS / COFINS		(150.190)	(43.421)
(-) Programa de P&D e eficiência energética	(d)	(13.427)	(3.478)
(-) Taxa de fiscalização		<u>(1.259)</u>	<u>(1.166)</u>
<b>Total das deduções da receita operacional</b>		<b><u>(164.876)</u></b>	<b><u>(48.065)</u></b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b><u>1.458.643</u></b>	<b><u>421.341</u></b>

- (a) A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o Sistema Elétrico Nacional. A variação é decorrente do reajuste pelo IPCA previsto nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”)
- (b) O principal fator para aumento na receita foi o maior volume de geração. A Companhia teve um despacho médio de 37,60% em 2021 (4,87% em 2020). O despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do ONS.

Meses	Geração Bruta (MWh)		CVU (R\$/MWh)	
	2020	2021	2020	2021
JAN	3.752,96	123.586,96	790,62	725,23
FEV	210,48	22.080,21	795,17	820,10
MAR	-	-	711,89	924,42
ABR	-	5,19	445,17	991,19
MAI	-	5.619,97	368,42	968,43
JUN	-	158.488,64	461,04	951,30
JUL	-	140.722,67	526,52	940,25
AGO	-	212.368,66	601,60	982,95
SET	175,79	205.759,81	679,41	985,73
OUT	34.052,73	209.810,49	614,26	1.071,89
NOV	65.589,91	145.212,39	673,59	1.239,94
DEZ	58.955,19	29.847,13	686,33	1.165,35
<b>Total</b>	<b>162.737,05</b>	<b>1.253.502,13</b>	-	-
<b>Média</b>	<b>13.561,42</b>	<b>104.458,51</b>	<b>612,84</b>	<b>980,57</b>

- (c) Liquidação financeira do montante gasto com a aquisição do lastro (vide nota explicativa 29, “a”) que ocorre aproximadamente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da operação conforme calendário divulgado pela CCEE. A diferença entre o valor de compra e retorno é decorrente do *spread* vigente no momento da contratação.
- (d) Não há incidência de P&D sobre a receita de energia elétrica no curto prazo, por se trata de operação de fornecimento de energia (lastro), recebida no âmbito do Mercado Curto Prazo (MCP).

## 29 Custos e despesas (outras receitas) operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração de resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Ref.	2021	2020
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Combustível para geração de energia elétrica	(a)	(880.472)	(80.946)
Encargos de uso do sistema transmissão		(32.866)	(30.959)
Depreciação e amortização	(b)	(23.122)	(23.084)
Serviços de terceiros	(c)	(31.358)	(18.638)
Peças para manutenção	(d)	(16.223)	(6.651)
Seguros		(5.830)	(4.512)
Alugueis		(2.531)	(2.429)
Material de consumo		(800)	(949)
Taxas e contribuições		(313)	(285)
Energia elétrica		(19)	(12)
		<u>(993.534)</u>	<u>(168.465)</u>
<b>Custo de compra de energia elétrica (lastro)</b>			
Energia elétrica comprada para fornecimento	(e)	(115.998)	(74.708)
		<u>(115.998)</u>	<u>(74.708)</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Pessoal		(5.295)	(4.369)
Administradores		(2.098)	(1.862)
Serviços de terceiros		(1.654)	(1.561)
Depreciação e amortização		(608)	(634)
Taxas e contribuições		(221)	(236)
Alugueis		(12)	(10)
Material de consumo		(109)	(67)
Baixa de ativos	(f)	(3.785)	(44)
Outras despesas	(g)	(1.568)	(235)
		<u>(15.350)</u>	<u>(9.018)</u>
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Peças recebidas em garantia	(h)	957	-
Venda líquida de óleo usado e sucata		183	81
		<u>1.140</u>	<u>81</u>
<b>Total dos custos e despesas (outras receitas) operacionais</b>		<u><u>(1.123.742)</u></u>	<u><u>(252.110)</u></u>

O principal fator de variação dos custos operacionais foi o aumento no nível de geração da Companhia, despacho médio de 37,60% em 2021 (4,87% em 2020).

- (a) Além do maior volume de despacho o custo de combustíveis também foi impactado pelo aumento no preço médio dos combustíveis, com efeito tanto no CPV quanto no saldo final de estoque ao final de cada período (vide nota explicativa 11).
- (b) O custo com amortização é deduzido da parcela do Projeto de P&D de Diagnóstico de Falha de Motores (R\$ 351 em 2021 e 2020)
- (c) O principal aumento (R\$ 10,2) é decorrente do contrato de O&M que tem remuneração variável de acordo com a geração do período.
- (d) Maior volume de manutenções preventivas e/ou corretivas em virtude do maior volume de geração.

- (e) As operações de compra de lastro realizadas mensalmente por Suape se dão pelo cumprimento das obrigações contratuais firmadas no 5º leilão de energia nova A-5 de 2007 na qual Suape sagrou-se vencedora. Dentre as várias obrigações contratuais, a entrega da sua garantia física contratual ou lastro contratual determina a necessidade de compra de lastro. A diferença em MWmed da garantia física calculada para a garantia física do leilão é comprada no Mercado Livre ao PLD do submercado da oferta nas operações do Mercado de Curto Prazo (“MCP”) para liquidação na CCEE. O retorno financeiro é demonstrado como Energia elétrica de curto prazo (vide nota explicativa 27, “c”). A diferença entre o valor de compra e retorno é decorrente do *spread* vigente no momento da contratação.
- (f) Em 2021 a Companhia realizou inventário físico do ativo imobilizado, resultando na baixa de R\$ 3.783 em bens não mais existentes. O trabalho teve o auxílio de consultoria especializada com emissão de parecer técnico respaldando os ajustes efetuados.
- (g) Em 2021, a Companhia aprovou, em AGE datada de 27/07/2021, a distribuição de cestas básicas, no valor de R\$ 1.960 (R\$ 837,6 já realizados em 2021 e R\$ 1,12 a serem destinados em 2022) para comunidades carentes assoladas pelos efeitos da pandemia da COVID-19. A distribuição ocorre através de instituição sem fins lucrativos, escolhida à unanimidade pela Companhia, a ADRA BRASIL (“Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Brasil”).
- (h) Em 2021 a Companhia recebeu o montante de R\$ 957 em peças em garantia do fornecedor Wartsila Brasil (vide nota explicativa 11, “c”).

### 30 Resultado financeiro, líquido

	Ref.	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendimento de aplicações financeiras	(a)	1.848	856
Atualização monetária recebimento de clientes	(b)	-	2.672
Variação cambial		47	10
Outras atualizações monetárias		<u>2</u>	<u>1</u>
		<b><u>1.897</u></b>	<b><u>3.539</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos de dívidas	(c)	(15.210)	(7.814)
Atualização monetária	(d)	(1.033)	(2.150)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras		(86)	(164)
Variação cambial		(185)	(102)
Outras despesas financeiras	(e)	<u>(907)</u>	<u>(194)</u>
		<b><u>(17.421)</u></b>	<b><u>(10.424)</u></b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b><u>(15.524)</u></b>	<b><u>(6.885)</u></b>

- (a) O significativo aumento dos rendimentos de aplicações financeiras em 2021 em relação ao ano de 2020 e decorrente de um maior montante aplicado e a elevação da taxa de juros DI que iniciou o ano com 1,90% a.a. e encerrou dezembro de 2021 com 8,76% a.a. Além disso, a Companhia conseguiu junto bancos um aumento no percentual de rentabilidade (entre 98% e 100% do CDI) das principais aplicações financeiras da Companhia – CDB Santander e Itaú - em comparação a taxas de 75% e 90% do CDI aplicadas em 2020.
- (b) Em 2020 houve o recebimento dos Serviços Ancilares (REN ANEEL nº 697/2015, atualizada pela REN ANEEL nº 822/2018) dos meses de fevereiro a maio de 2019 acrescidos de atualização monetária no montante de R\$ 2.629.
- (c) O aumento dos encargos da dívida foi decorrente da elevação da taxa de juros DI que iniciou o ano com 1,90% a.a. e encerrou com uma taxa de juros DI de 8,76% a.a. Outro fator importante foi o aumento do endividamento da Companhia ao longo no segundo semestre decorrente de saques das contas garantidas dos bancos Itaú e Santander para compra de OCB1. As linhas de crédito já foram quitadas em janeiro de 2022. Os encargos contemplam os custos com empréstimos e contas garantidas e bônus de adimplência.
- (d) A redução no custo de atualização monetária deve-se a antecipação no cronograma de pagamento dos dividendos de 2020 acarretando em menor saldo devedor (base de atualização).

- (e) Em 2021 houve um custo elevado de IOF (R\$ 813) devido ao aumento dos saques das aplicações financeiras para pagamento de OCB1, antecipação de JCP e dividendos intermediários.

### 31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo foram definidos da seguinte forma:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Nota	Índice	Mensuração	Nível	2021		2020	
					Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>								
Caixa	8	N/A	(a)	-	31	31	24	24
Aplicações financeiras – CDB	8	CDB	(a)	(2)	20.883	20.883	21.781	21.781
Aplicações financeiras - Garantia CCG	9	CDI	(a)	(2)	4.190	4.190	4.017	4.017
Aplicações financeiras - Garantia CCT	9	CDI	(a)	(2)	138	138	133	133
Contas a receber	10	N/A	(a)	-	143.321	143.321	104.932	104.932
Outros créditos	14	N/A	(a)	-	9.879	9.879	9.879	9.879
<b>Total Ativo</b>					<b>178.442</b>	<b>178.442</b>	<b>140.766</b>	<b>140.766</b>
<b>Passivo</b>								
Fornecedores	18	N/A	(a)	-	10.100	10.100	10.339	10.339
Provisão para honorários advocatícios	19	N/A	(a)	-	12.347	12.347	12.347	12.347
Dividendos e juros sobre capital próprio	23	Selic	(a)		39.078	39.078	28.401	28.401
Outras contas a pagar	24	N/A	(a)		6.229	6.229	6.814	6.814
Empréstimo - Conta Garantida Itaú	20	CDI	(a)	(2)	18.035	18.035	100	100
Empréstimo - CCB Santander	20	CDI	(a)	(2)	30.330	30.330	-	-
Empréstimo - CCB Santander	20	CDI	(a)	(2)	132.568	132.568	145.230	145.230
<b>Total Passivo</b>					<b>248.687</b>	<b>248.687</b>	<b>203.231</b>	<b>203.231</b>

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

## Categoria

- (a) Mensurado ao custo amortizado
- (b) Mensurado ao valor justo por meio do resultado

### a. *Análise de sensibilidade*

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de CDI, segue abaixo simulação do pior cenário dentre os possíveis e comentários:

Instrumentos Financeiros	Exposição	Risco	Redução (Aumento) do índice em				Total
			10%	15%	20%	25%	
Ativos - Não Derivativos	178.442	Alta CDI	1.193	54	54	54	<b>1.355</b>
Passivos - Não Derivativos	<u>(248.687)</u>	Alta CDI	<u>(8.966)</u>	<u>(408)</u>	<u>(408)</u>	<u>(408)</u>	<b>(10.190)</b>
	<u><b>(70.245)</b></u>		<u><b>(7.773)</b></u>	<u><b>(354)</b></u>	<u><b>(354)</b></u>	<u><b>(354)</b></u>	<u><b>(8.835)</b></u>

O Cenário demonstrado representa o pior cenário dentre os possíveis. Todavia, a Companhia classifica esse cenário como remoto para o próximo ano, pois, mesmo com a tendência de aumento nas taxas de juros foi possível a renegociação da principal dívida (financiamento junto ao Santander para construção da UTE) em condições mais favoráveis que o contrato anterior.

- (a) Os cenários foram projetados considerando a rentabilidade / encargos de cada instrumento financeiro sobre o CDI de 4,42% do ano de 2021

### b. *Análise de liquidez*

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

	Nota	2021	<3 meses	3-12 meses	1-3 anos	4-5 anos	Total
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>							
Combustíveis e lubrificantes	18	966	966	-	-	-	966
Encargos de uso da rede	18	3.698	3.698	-	-	-	3.698
Wartsila Brasil Ltda	18	3.111	3.111	-	-	-	3.111
Institutos de P&D	18	325	325	-	-	-	325
Wartsila Switserzerland	18	264	264	-	-	-	264
Outros fornecedores	18	1.736	1.736	-	-	-	1.736
Paulo Cesar Pinheiro Advogados	19	12.347	-	-	12.347	-	12.347
<b>Total fornecedores</b>		<u><b>22.447</b></u>	<u><b>10.100</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>12.347</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>22.447</b></u>
<b>Empréstimos</b>							
Itaú Unibanco S.A.	20	18.035	18.035	-	-	-	18.035
Banco Santander S.A.- CCB	20	30.330	30.330	-	-	-	30.330
Banco Santander S.A.- CCB	20	132.568	15.601	11.698	70.179	35.090	132.568
<b>Total empréstimos</b>		<u><b>180.933</b></u>	<u><b>63.966</b></u>	<u><b>11.698</b></u>	<u><b>70.179</b></u>	<u><b>35.090</b></u>	<u><b>180.933</b></u>
<b>Total</b>		<u><b>203.380</b></u>	<u><b>74.066</b></u>	<u><b>11.698</b></u>	<u><b>82.526</b></u>	<u><b>35.090</b></u>	<u><b>203.380</b></u>

**(i) Comentários referente o saldo para fornecedores:**

O pagamento dos fornecedores ocorrerá de acordo com o vencimento, previsto para ocorrer no 1º trimestre de 2022.

Conforme nota explicativa 19, face à relevância dos honorários de êxito que serão devidos quando do trânsito em julgado da decisão do Mandado de Segurança nº nº 6981-45.2012.4.01.3400, a Companhia provisionou o montante de R\$ 12.347 que se espera que ocorra em 2021.

**(ii) Comentários referentes o saldo para empréstimos:**

Os financiamentos do FNE (BNB) e CCB (Itaú) foram para a construção da Usina. O CCB Itaú foi quitado em janeiro de 2020 e o FNE em maio de 2020. A CCB atual contratada junto ao Santander seguirá o fluxo de pagamentos de acordo com os vencimentos que tem o prazo até novembro de 2026.

Os financiamentos de curto prazo na modalidade conta garantida foram tomados com a finalidade de efetuar compras de OCB1 à vista.

O financiamento vigente (CCB Santander) tomado seguirá o fluxo de pagamentos de acordo com os vencimentos que tem o prazo até novembro de 2026.

**c. Gestão de risco**

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seu Conselho de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

**(i) Risco de taxa de juros:**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

O principal empréstimo (Banco Santander – CCB) da Companhia é baseado em Operação Swap, porém, pelas projeções da Companhia e da instituição financeira não há previsão da taxa do câmbio (dólar) ultrapassar o limite contratual que implique no pagamento por Suape da diferença da variação cambial.

**(ii) Risco de crédito**

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Entretanto, as regras do ambiente regulatório onde estão firmados os CCEARs com os clientes garantem um histórico de zero de inadimplência.

Nas operações de lastro no MCP, a inadimplência mensal é baixa, sendo a última liquidação ocorrida em 2021 (08/12) apresentou o percentual de 4,2% (R\$ 403 de R\$ 9.602). Na liquidação ocorrida em 06/01/2022 esse montante já foi recebido.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

**(iii) Risco de liquidez**

A Companhia em conformidade com o CPC 40, item 39 realiza análise (item “b”) dos vencimentos de seus valores a pagar não identificado risco de liquidez nos cenários de curto e longo prazo.

**(iv) Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, sem cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

**(v) Risco ambiental**

A Companhia cumpre aos requisitos legais ambientais incluindo às exigências definidas na Licença de Operação (“LO”), com foco na sustentabilidade do negócio e na preservação do meio ambiente, sendo mandatório o cumprimento das normas ambientais por todos os colaboradores e terceirizados.

Para atendimento às eventuais emergências, a Companhia mantém um Plano de Prevenção e Controle de Emergências (“PPCE”) e possui equipe capacitada, para atuar em vazamentos de produtos químicos, queimadas na circunvizinhança, primeiros socorros, bem como, possui todos os recursos necessários para uso na mitigação de eventos adversos.

**d. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

Com relação ao risco de crédito, o histórico de inadimplência das 35 distribuidoras com as quais a Suape Energia firmou os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARS é baixo, não havendo histórico de perdas passadas para a Companhia, tendo ocorrido por curtos lapsos temporais face à rigorosa atuação da ANEEL e CCEE junto as mesmas, além da oferta de subsídios do Governo para a perenidade de serviço essencial à população.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

## 32 Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações e, que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações. As principais coberturas são:

<b>Riscos</b>	<b>Data da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2022 a 09/01/2023	25.000
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2021 a 17/12/2022	40.000
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2021 a 18/09/2022	15.000
Riscos Nomeados e Operacionais	10/03/2021 a 10/03/2022	484.020
Veículos	10/03/2021 a 10/03/2022	100% da tabela FIPE
Seguro de vida dos colaboradores	31/03/2021 a 31/03/2022	24x remuneração

\* \* \*

## Conselho de Administração

Fernando Ferraz Marcondes de Souza  
Conselheiro Presidente

Marcelo Fernandes  
Conselheiro

Dean William Moraes Carmeis  
Conselheiro

Nelson Ambra Castro Junior  
Conselheiro

Walkiria Galastri  
Conselheira

## Diretoria

Nelson Ambra Castro Junior  
Diretor Presidente

José Faustino da Costa Cândido  
Diretor Técnico

Enock Rodrigues Barbosa  
Diretor Administrativo

## Contador

Alexandre da Silva  
CRC: RJ-070219/O-0-S-PE